

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

*** Roberto Rodrigues**

Um dos temas mais debatidos no mundo inteiro é o da segurança alimentar. Todo dia cientistas, políticos, técnicos, empresários, estudiosos e curiosos se debruçam sobre a expectativa de que em 2050 seremos 9 bilhões de pessoas, exigindo uma produção de alimentos 70% maior do que a atual para que a fome não aumente no planeta. Mas a demanda dos alimentos segue crescendo mais do que a oferta, seja porque a renda per capita cresce mais nos países onde aumenta mais a população, seja por falta de políticas públicas globais ou nacionais em favor de maior produção, seja por adversidades climáticas nos países produtores, seja porque 2050 ainda está muito longe...

Pensando nisso, a OCDE e a FAO lançaram um sério estudo a pouco mais de um ano, avaliando o que acontecerá em 2020, "amanhã". E concluíram que até lá, isto é, em 10 anos, a oferta global de alimentos tem que aumentar 20%. E que, para isso, o Brasil tem que aumentar a sua oferta em 40%. Por 3 motivos.

O primeiro é a nossa excelente tecnologia tropical: nos últimos 20 anos, a área plantada com grãos no país cresceu 40%, enquanto a produção cresceu 220%! Novas tecnologias permitiram maior produtividade por hectare plantado. Hoje cultivamos 52 milhões de hectares com todos os grãos; se tivéssemos a mesma produtividade de 20 anos atrás, seriam necessários mais 66 milhões de hectares para colhermos a safra deste ano. Em outras palavras, foram preservados 66 milhões de hectares de florestas ou cerrados, e isto não é promessa ou sonho: está feito! Mais ainda: se tivéssemos hoje a mesma produtividade de cana-de-açúcar do começo do Proalcool, precisaríamos de mais 6 milhões de hectares de canaviais, além dos 8 milhões hoje cultivados, para produzirmos a safra atual. Sendo assim, só com grãos e cana preservamos 72 milhões de hectares, número idêntico à área total cultivada no Brasil com todas as culturas, e que representa apenas 8,5% do território nacional. Ademais, o etanol da cana emite apenas 12% do CO₂ que a gasolina emite, mitigando o aquecimento global. Fica claro que nossa agricultura é altamente sustentável, e o mundo sabe disso. E não só a agricultura: nos últimos 20 anos nossa produção de carnes explodiu: 90% em carne bovina, 238% em suína e 458% em carne de aves, e reduzindo a área de pastagem, que vem sendo substituída por soja, cana e florestas plantadas. Já temos 7 milhões de hectares de florestas plantadas. E, é sempre bom lembrar que 61% do nosso território é coberto com florestas nativas do tempo de Adão e Eva. A Europa tem menos de 1%...

Outras tecnologias vêm sendo incorporadas, como as do Plano ABC - agricultura de baixo carbono, - lançado pelo governo brasileiro e que dará ainda maior sustentabilidade à atividade, com programas super importantes como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta, o plantio direto, a recuperação de pastagens degradadas, a fixação biológica de nitrogênio ao solo, o plantio de mais florestas.

O segundo fator que justifica a expectativa da OCDE é a disponibilidade de terras. Além da agricultura ocupar apenas 8,5% da área total do país, a pecuária toma outros 20% . Estudos indicam que pelo menos mais 85 milhões de hectares servem para a agricultura, o que assombra nossos concorrentes de fora porque já somos os maiores exportadores de açúcar, do complexo soja, de suco de laranja, de carne bovina e de frangos, de café. Que dirá-pensam eles-se ocuparmos toda esta área vocacionada para o setor rural. E tratam de criar todas as dificuldades, junto às organizações mundiais de comércio, em que defendem subsídios e outras formas de proteção a seus produtores, inibindo a abertura comercial que nos permitiria crescer. E não é para menos. Em 2002, as exportações do agro brasileiro somaram de 25 bilhões de dólares. Dez anos depois, em 2012, chegaram a 96 bilhões! Em 2013 ultrapassaremos os 100 bilhões de dólares. Mais ainda: o saldo comercial do setor tem crescido sistematicamente, chegando a 79 bilhões de dólares em 2012, enquanto o saldo total do país foi de 19 bilhões. Em 2013, o saldo agro deverá superar 85 bilhões, contra 2 bilhões do total. Isso significa que o agronegócio tem salvo a balança comercial, sistematicamente. Bom lembrar ainda que o agronegócio representa 23% do PIB do Brasil e gera mais de um terço de todos os empregos formais.

Infelizmente, no entanto, daqueles 87 milhões de hectares potencialmente agricultáveis, pouco mais de 15 milhões poderão ser hoje incorporados à área plantada. O resto está fechado à atividade por legislações existentes: são parques nacionais, estaduais e municipais, terras para indígenas, para quilombolas, reservas legais e áreas de preservação permanente, entre outras.

E por último, o terceiro fator que justifica a expectativa da OCDE/FAO de crescermos 40% na oferta de alimentos até 2020, é a alta qualidade de nossos produtores rurais. Jovens e bem preparados tecnicamente, eles estão usando instrumentos cada vez mais modernos de gestão comercial, financeira, fiscal e tributária, de recursos humanos e ambiental; estão ligados em tempo real às informações de mercado ou de clima, tomando decisões acertadas sobre o que, como e quando produzir, levando o país a sucessivos recordes de produção.

E é também verdade que planos de governo bem estruturados na área de crédito rural, na área de mecanização (o Moderfrota permitiu a recomposição da frota motomecanizada do país, completamente sucateada há pouco mais de

dez anos) e os programas de suporte à agricultura familiar, tem sido relevantes nesses avanços do agronegócio.

Tudo isso nos leva à pergunta imediata: podemos então crescer os tais 40% imaginados?

Temos o potencial para isso e até mais. Recente trabalho publicado pelo Departamento de Agronegócio da FIESP, feito em parceria com a MBAgro, o Outlook 2023, mostra este potencial.

Segundo o estudo, a área de grãos, incluindo soja, milho, algodão (base pluma), arroz, feijão e trigo deve crescer 18%, saindo de 52 milhões de hectares em 2013 para 61,2 milhões de hectares em 2023, enquanto a produção aumentará 30%. Isso mostra que a forte expansão da produção será por ganhos de produtividade, que deve ter um crescimento médio de 10% no período, resultando na preservação de mais 6,3 milhões de hectares. Já as pastagens passam a ocupar uma área cada vez mais restrita, liberando para a agricultura um total de 4,9 milhões de hectares e chegando, em 2023, a 177 milhões de hectares. A área agrícola, portanto, crescerá essencialmente sobre as pastagens, exigindo da pecuária de corte um salto em termos de produtividade para assegurar a oferta brasileira.

As exportações de grãos aumentarão 61% em volume, as do complexo sucroalcooleiro crescerão 21% e as de café, 19% até 2023. Já as exportações de carnes devem crescer 23%. Em suma, ofertar mais 40% é factível.

Mas, naturalmente, isso vai depender de políticas públicas. Aliás, uma política para o desenvolvimento sustentável do agro está pronta no MAPA, construída nas Câmaras Setoriais daquele Ministério, nas quais o público e o privado se somaram por vários anos. O problema é implantar esse plano, porque os instrumentos para isso estão dispersos entre vários outros ministérios, agências e empresas públicas federais e estaduais.

Precisamos mesmo é de uma estratégia de Estado para o agronegócio, que considere a questão da logística e da infraestrutura, maior gargalo para o setor, e que comece a sair do papel com as concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Para ficar adequada, todavia, pelo menos mais 5 anos serão necessários, o que significa ainda um longo tormento aos produtores das regiões mais distantes.

Outro tema central é a política comercial. Cerca de 40% do comércio mundial de alimentos já se dá em acordos bilaterais ou áreas de livre comércio e o Brasil não têm avançado nisso. Há em andamento um projeto de acordo bilateral entre Estados Unidos e União Europeia, para os quais vai uma terça parte de tudo que exportamos do agro. Se este acordo acontecer, as tarifas entre eles diminuirão e fatalmente perderemos mercados. Temos que fazer acordos com eles e com outros grandes compradores, inclusive em busca de abertura

comercial para exportarmos produtos com maior valor agregado e não apenas commodities.

Política de renda é também essencial, especialmente para os pequenos produtores. O seguro rural, existente desde 2003, mas cobre apenas 6% da área agricultada, insignificante. É fundamental avançar célere nesse assunto, assim como na modernização do crédito rural.

Legislações precisam ser reformadas, como a trabalhista, a ambiental, a tributária e fiscal, a de armazenagem, a de defesa sanitária e outras muitas que inibem saltos maiores do agro. Uma nova molécula de defensivos agrícolas demora até 7 anos para ser aprovada, enquanto nos países desenvolvidos demora um ano ou pouco mais. Com isso, não avançamos mais no quesito sustentabilidade.

Em resumo, este magnífico setor pode contribuir bastante para o progresso brasileiro, gerando empregos, renda e excedentes exportáveis. Mas para isso precisamos de uma estratégia ampla, que uma vez montada, permitirá ao Brasil ser o campeão mundial da segurança alimentar, base indispensável para a conquista definitiva da paz universal.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**